



DIREITOS HUMANOS ENTRE IGUALDADE E CRUELDADE

Matheus de Almeida BUZETTI

1

Leonardo Hirohito Sakata AMARAL

2

Orientador- João Pedro Gindro BRAZ

3

RESUMO: Este presente artigo visa mostrar o modo como o mundo civilizado observava e manifestava a punição em seus “criminosos” de acordo com os valores sociais predominantes em cada período. O Brasil Império e o Brasil República foram descritos simplificada e analiticamente, assim como o impacto das atrocidades da Segunda Guerra Mundial e da civilização pós guerra foi analisada sobre o viés dos direitos humanos atualmente. A Ditadura no Brasil com suas particularidades, foi explorada até seu fim, com a criação de um Estado Democrático de Direito e a elaboração da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988.

Palavras-chave: Positivismo. Brasil Império. Brasil República. Segunda Guerra Mundial. Constituição da República Federativa do Brasil.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da trajetória humana ocorreram muitos fatos de enorme vergonha e pesar, devido em grande parte pelas discriminações religiosas, sexuais e étnicas, provocando guerras sangrentas que dizimaram milhares de pessoas entre estas militares e civis. Observa-se também o uso de penas bárbaras pelos Estados, e escolhas políticas que formaram a bipolaridade mundial durante a Guerra Fria, tendo a teocracia como regente, que primordialmente reprimiu o pensamento científico,

1 Aluno do 1º ano do curso de Direito do Centro Universitário Antonio Eufrásio de Toledo de Presidente Prudente. e-mail: theubuzetti@gmail.com

2 Aluno do 1º ano do curso de Direito do Centro Universitário Antonio Eufrásio de Toledo de Presidente Prudente. e-mail: leoamarall@outlook.com

3 Professor assistente do curso de Direito do Centro Universitário Antonio Eufrásio de Toledo de Presidente Prudente. e-mail: joapedrogindro@gmail.com. Orientador do trabalho

atrasando o desenvolvimento tecnológico e social da população. Apenas com o passar do tempo a política estatal foi deixando essas ideias arcaicas, como reprimindo a liberdade de pensamento, assim como mudou o modo de punir o indivíduo diminuindo a extrema crueldade das punições em público.

Tendo por objetivo promover e divulgar os direitos essenciais a todo cidadão, sobre um aspecto igualitário, sem distinção como promove o art. 5º, caput da CFB de 1988, este artigo visa a explorar essa transição histórica sobre a visão de um mundo absolutamente positivista (visão antes da Segunda Guerra Mundial), até a inserção da moral, ética e conceitos humanitários com a criação dos Direitos Humanos.

2 GRÉCIA ANTIGA

A Grécia sempre teve grande destaque sobre as vertentes da mitologia e da filosofia. Todos a conhecem pelos deuses famosos, como Zeus, o deus do céu, dos raios, do trovão, da lei, da ordem, da justiça, e como governante do Olimpo, e pela filosofia com grandes pensadores como Sócrates, Aristóteles, Platão e Tales de Mileto.

As cidades na Grécia eram chamadas de Pólis e as mais famosas são Atenas e Esparta, esta era voltada para Guerra, onde crianças e homens iam para o treinamento militar e as mulheres desde pequenas, já eram ensinadas para serviços domésticos e cuidar das crianças e se estas fossem inférteis iam para o campo de batalha.

Na Grécia Antiga, este espaço resumia-se a casa, a oikia, que na antiguidade clássica distinguia-se da polis. A casa, conceito amplo que reúne a mulher, os filhos, a terra e os escravos, era o lugar onde o homem desenvolvia todas as atividades visando unicamente a sua conservação. Para isto, o patriarca estabelecia, neste local, relações desiguais e de sujeição para com os seus, relações das quais nem mesmo ele estava liberto a necessidade de sobrevivência submetia até mesmo o chefe ao seu jugo. [CABALLERO, 1999,p.126]

Já quanto a Atenas era uma cidade com enorme destaque pelos aspectos da política e justiça. Para ser considerado ateniense, o cidadão tinha que ser maior de dezoito anos, ter pai e mãe ateniense, somente os homens com grande poder aquisitivo podiam fazer parte da política, enquanto os escravos, mulheres, e crianças não faziam.

Essas duas Pólis eram rivais, com algumas características em comum, como a discriminação com as mulheres, pois como já citado, estas só tinham como serventia procriar e cuidar dos filhos e da casa, era somente isso, não havia uma outra escolha, eram submetidas aos seus maridos que bem provavelmente diante deste cenário as maltratavam, as crianças não tinham a sua própria ideologia, em Esparta era para ser guerreiro, assim semelhantemente em Atenas, somente os homens tinham destaque, nessa época a mulher, criança e idoso não tinham nenhum tipo de autonomia, eram discriminados por ambas as sociedades, tanto de Esparta como de Atenas, então diante deste cenário, apesar de serem cidades rivais, eram semelhantes pelas desigualdades de gênero.

3 IDADE MÉDIA

Este período teve início com a queda do Império Romano do Ocidente, na data de 476 d.C., com seu término no ano de 1453, pela invasão e tomada da capital do Império Bizantino, Constantinopla, pelos turcos-otomanos.

Por muitos séculos, a Idade Média foi vista como uma época onde houveram perseguições injustas em relação ao progresso científico, tecnológico e artístico. Essa concepção de pensamento surgiu durante o Renascimento, no século XVI, sendo este período conhecido por Idade das Trevas.

Esta época foi marcada com o feudalismo como sistema econômico, a organização política era baseada na ordem de vassalagem e suserania, outra característica desse período era que havia pouca mobilidade e bastante hierarquia entre as classes sociais, sendo a Igreja Católica a religião predominante, para culminar este momento histórico houve o surgimento da peste bubônica que acabou por dizimar grande parte da população.

Comandada pela Igreja Católica, havia a Santa Inquisição, sendo criada no século XIII, que regia todo o povo civilizado, durante a Idade Média. Tinha como característica o de ser um tribunal religioso que condenava as pessoas que eram contra os dogmas da Igreja, estas eram denunciadas, perseguidas, julgadas e condenadas, muitas vezes as mulheres acusadas como bruxas, eram queimadas em praça pública, já para os demais a pena mais branda era prisão por algum tempo ou até a prisão perpétua. Por muitas vezes estes nem sabiam o motivo de que eram acusados, bastando apenas duas testemunhas para a sua condenação.

Devido a autonomia política da Santa Inquisição, muitos cientistas atualmente conhecidos e valorizados foram perseguidos, como exemplo temos o do ilustríssimo astrônomo Galileu Galilei que negou suas descobertas científicas, para conseguir fugir da fogueira, considerada purificadora dos pecados pela Igreja.

Na época, a prática da medicina natural era vista como bruxaria, a prática de cura por meio de chás ou remédios caseiros feitos com ervas, eram uma abominação aos olhos da Igreja, portanto as mulheres que utilizavam de tais práticas eram perseguidas e condenadas a fogueira. Como reflexo disto, no século XV o rei e a rainha da Espanha sobre a regência da Igreja, perseguiram nobres e judeus, torturando e matando, com isso obtendo suas propriedades.

Como a sociedade na Idade Média era regida pela política da Igreja e esta sendo de fundamento patriarcal, como reflexo do Homem na criação, descrita no livro de Gênesis, as mulheres na época medieval eram portanto submissas aos homens, apenas tinham como função cuidar do lar e das crianças, sendo totalmente excluídas da sociedade do ponto de vista político e econômico, isto é, como detentoras de poder.

Na Idade Média, as mulheres foram pouco - ou quase nada - contempladas pela historiografia, o que lhes deu pouca visibilidade nos estudos sobre o período, visto que os possuidores do monopólio da escrita dessa época, homens, padres e moralistas, construíram uma única imagem do elemento feminino, eliminando, assim, a multiplicidade da história. Querer conhecer as mulheres no período medieval, através dos escritos sobre elas, é algo muito difícil, pois a sua visibilidade é ínfima e apenas como coadjuvantes na história dos homens. Os textos, que raramente falam sobre o mundo feminino, estão contaminados pela repugnância dos religiosos por elas
[LUCIANO GEVEHR & LUCIA DE SOUZA 2014,p.116]

Observa-se, portanto, que somente os homens eram tidos como os regentes da sociedade, regentes do poder econômico, político e social. Essa ideia como já citado, é vinculada a figura do sexo feminino, ligada ao pecado, pelo mito de criação descrito na Bíblia Sagrada no famoso livro de Gênesis, o qual descreve Eva como símbolo feminino comendo o fruto do pecado da árvore da vida a qual induziu Adão a comer desse também cometendo o pecado original.

Do ponto de vista contemporâneo, esse período histórico foi extremamente opressor de diversas maneiras, não havia o direito ao livre culto de religião, a livre manifestação de pensamento, com obrigatoriedade e submissão a autoridade política e religiosa da Igreja, sofrendo de penas cruéis todos que divergissem de sua dominância, a Igreja tinha como visão a concepção de que Deus fez tudo e que todas as ocorrências políticas, culturais e sociais eram devido à vontade

divina, não havendo a visão iluminista e portanto científica predominante na sociedade. Esse fanatismo religioso provocou um grande retrocesso cultural e científico para a época, refletindo, portanto, nos séculos posteriores.

4 BRASIL IMPÉRIO

Este período teve início com a fuga da família real portuguesa para o Brasil, estavam fugindo de Napoleão e chegaram ao País no Rio de Janeiro, D. João VI após chegar, assinou um documento para abertura dos portos para fazer o comércio com a Inglaterra, com isso originou dois tratados sendo, o tratado de comércio e navegação o primeiro, e o outro o tratado de aliança e amizade assinado por Portugal e Inglaterra que proibia o tráfico de escravos.

Durante o período do Império, qualquer impressão era proibida e as ideias do iluminismo circulavam pelos jornais, o rei tinha receio da independência do País e a lei tinha que ser facilmente assimilada, o povo tinha que saber que o rei estava no Rio de Janeiro, a partir disto o rei criou a Imprensa Régia, esta sendo parte da estrutura burocrática do Império, destinada a imprimir documentos, decretos e livros, entre outras coisas:

As mudanças no currículo básico do curso de Direito da Universidade de Coimbra garantiram à elite brasileira uma formação intelectual baseada nas adaptações que o Marquês de Pombal fez em relação à tradição do Antigo Regime e a inserção das ideias iluministas. A geração dos 'egressos', vindos juntamente com a família real portuguesa no início do século XIX, pôde colocar o Brasil no contexto das transformações sociais daquele período. A possibilidade de estruturar um novo Estado na América, com o apoio do Príncipe D. Pedro, colocou vários desses ex-alunos em uma posição privilegiada. Ganharam espaço político com a Independência, e puderam elaborar uma legislação penal calcada nos conceitos de humanidade e liberdade, propostos pelos reformadores do Direito Penal [RÚBIA G.S NORONHA, 2004, p.7]

O governo de Portugal desde 1808 estava instalado no Brasil, que era sua colônia. Em 1815, no Rio de Janeiro, o príncipe regente português D. João VI assinou um decreto que criava o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Com isso, o Brasil deixou de ser colônia e foi elevado à categoria de reino.

O Brasil se tornou independente em 1822, no ano de 1823 foi convocado para elaborar a Constituição da Mandioca, nesse período só tinha poder político quem possuía dinheiro, na época também havia a tripartição dos poderes, sendo o Legislativo, Judiciário e o Executivo, porém com a adição de um quarto poder que era chamado de Moderador, sendo que o executivo e o moderador era comandado pelo rei, para qualquer aprovação de lei, esta havia que passar pelo poder moderador, até

mesmo os deputados, se o rei não estivesse satisfeito com suas atitudes, poderia ser dispensado, portanto só havia a aprovação das leis após o consentimento do rei D.Pedro I, este com autonomia de julgar e afirmar a condenação ou a absolvição do réu, neste período somente os ricos podiam votar e se candidatar. É, portanto, um poder absolutista, com a Constituição outorgada. Em 1824 foi elaborada uma nova Constituição.

Na época do Brasil Império, o Imperador tinha mais poder, com a diminuição daquele das Províncias, neste período o governo era centralizado no Rio de Janeiro, com algumas províncias ao norte da linha do Equador Pará, Bahia, Rio Grande do Norte e Ceará, estas almejavam o fim da Constituição regente e mais poder político, se não conseguissem iram se emancipar, a partir disto D.Pedro I mandou o exército para conter essa revolução e conseguiu conter, com os líderes sendo, mortos o principal líder desse movimento era Frei Caneca que foi executado em praça pública.

O primeiro reinado no período, foi marcado com várias rebeliões, com a morte de D.João VI em Portugal, para assumir o trono havia D. Manuel, irmão mais novo de D.Pedro II e assim foi o fim do primeiro reinado. Com o segundo reinado com D. Pedro II na sua juventude sendo nomeado um regente até sua maioridade, houve um golpe implantando o reinado antecipadamente, como o povo estava insatisfeito com o Império, os militares liderados por Marechal Deodoro da Fonseca implantaram a República.

Os dois reinados foram marcados por péssimas ações do ponto de vista da atualidade, como exemplos temos a discriminação com as pessoas de baixa renda no sistema adotado, pois somente os ricos que eram na maioria os Barões do Café tinham direito ao voto, o escravo, os militares, as mulheres e os clérigos não participavam, a imprensa era oprimida, pois só podia publicar o que o governo permitisse, portanto o poder não era do povo e sim do rei, o absolutismo, não haviam os direitos humanos, como os pobres não tinham importância política, eram discriminados classe burguesa, que os utilizavam somente para acumular mais e mais riquezas.

5 BRASIL REPÚBLICA

Teve início com a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889 sendo esta nomenclatura utilizada até a atualidade.

Após a Proclamação da República, um governo provisório foi criado, comandado por Marechal Deodoro da Fonseca, cujo dever era o de comandar o Brasil até o momento da regência de uma nova Constituição, no ano de 1891 foi promulgada a segunda Constituição Brasileira, sendo a primeira na era republicana, logo após esse fato histórico, foram eleitos pelo Congresso Nacional o primeiro presidente e vice-presidente.

Esse período da primeira república foi dividida em duas partes, sendo República da Espada e República das Oligarquias, a primeira tinha esse nome pelos primeiros presidentes que eram os militares Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto e a segunda parte foi um período em que os grandes agricultores que comandavam o país eram conhecidos como política café com leite, pois somente pessoas do Estado de São Paulo e Minas Gerais comandavam o Governo Federal terminando este período em 1930 com uma revolução.

O início de 1930 se dá com Getúlio Vargas ou a Nova República, pois Vargas sendo gaúcho caracterizava alguém no poder que não fosse do Estado de São Paulo e nem de Minas Gerais, ou seja, saindo da fase do café com leite, com a divisão do Governo Provisório em Governo Presidencial e Estado Novo.

A partir de 1930 a população foi incorporada à política, porém sempre sobre regência de um dominante, houve neste período uma revolução contra o governo de 1932 pois os barões de café de São Paulo queriam tomar novamente o poder político, porém em 1933, Getulio Vargas fez uma eleição para a Assembleia Constituinte e em novembro de 1934 se promulga uma nova Constituição.

O governo constitucionalista de Vargas foi marcado com duas ideologias, uma fascista e outra de movimento de ação popular, durante a época que se falava muito do comunismo, Vargas disse a população que recebeu uma carta da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas informando que ia invadir o país e implantar o comunismo, logicamente era tudo um golpe, houve a decretação de um estado de guerra nesta época, e em 1937 Vargas falava disse a população que era necessário se ter uma forma de governo autoritário, com a chegada do Estado Novo com uma nova Constituição outorgada com base na Constituição da Polônia, com algumas ideias correlatas com o pensamento comunista, deixando os políticos em estado de alerta no dia 29 de outubro de 1945, a partir disto Vargas foi deposto colocando o fim da ditadura no Brasil. E de acordo com Rémond:

Se o político é uma construção abstrata, assim como o econômico ou o social, é também a coisa mais concreta com que todos se deparam na vida, algo que interfere na sua atividade profissional ou se imiscui na sua via privada... [Entretanto] o historiador do político não reivindica como objeto de sua atenção preferencial essa hegemonia; não pretende que tudo seja político, nem terá a imprudência de afirmar que a política tem sempre a primeira e a última palavra, mas constata que o político é o ponto para onde conflui a maioria das atividades e que recapitula os outros componentes do conjunto social. [RÉMOND 2009, p.4]

Com a República como um novo modo de regime, havia a ideia de uma nova era com o presidencialismo, porém a história não foi bem assim, pois o absolutismo ainda estava nas entranhas do Brasil, no início o poder estava na mão de poucos e os menos afortunados não tinha direito a nada, existia o voto de cabresto que obrigava o eleitor a votar naquele candidato em específico, estando sobre ameaça se não cumprisse tal feito, a população também era iludida com falsas promessas e a partir disto novamente foi imposto uma ditadura, um novo poder absolutista e com isso mais uma Constituição e a população novamente é levada a época de opressão.

6 SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Teve o início em 1º de setembro de 1939 com o término em 02 de setembro de 1945 com o conflito ocorrendo entre os Aliados (Reino Unido, França, União Soviética e Estados Unidos) e o Eixo (Alemanha, Itália e Japão), com a vitória dos Aliados.

Foi um conflito com muitas atrocidades, mortes bárbaras de ambos os lados, sendo militares e civis, estupros em massa de mulheres jovens e idosas, essa época ficou marcada pelas crueldades do ditador Adolf Hitler que era da Alemanha Nazista, observando-se que com o fim da Primeira Guerra Mundial a Alemanha saiu destruída e humilhada. Por tanto definiu Paulo Roberto Almeida:

Ele terminaria no mais formidável conflito global de todos os tempos, tão importante, politicamente, quanto tinha sido a Grande Guerra – até ocorrer a segunda, ninguém se referia à “primeira guerra mundial” – e de tão profundas consequências, no plano econômico, quanto os processos iniciados no conflito anterior: se neste as políticas econômicas caminham no sentido do intervencionismo estatal na vida econômica, no bojo da segunda guerra mundial seriam definidos os fundamentos de uma nova ordem econômica concebida em termos multilaterais e não discriminatórios [ROBERTO ALMEIDA, 2015, p.3] .

Adolf era do partido nazista que era fascista, tomando o poder da Alemanha decidindo se vingar da humilhação sofrida pelo povo, com essa ideologia a Alemanha inicia a Segunda Guerra Mundial, Adolf antes da Guerra, fazia Almanques que são histórias dizendo de uma “raça” superior aos demais, ele denominava de “raça ariana”, nesses almanques se predominava o ódio pelos judeus, isto é, o

antissemitismo, pelo segundo motivo, Hitler dizia que o povo Judeu de uma certa forma “roubou” os empregos dos alemães ocasionando a situação de desemprego no País, dizia que os judeus eram uma raça impura e que não eram considerados humanos, com toda essa pregação de ódio e dificuldades enfrentadas pela população, esta ficou do lado de Adolf apoiando a ideologia nazista, nisto durante a Segunda Grande Guerra os nazistas construíram os Campos de Extermínio, no início eles efetuavam as execuções de maneira mais lenta, porém com o passar dos tempos, começaram a surgir as câmaras de gás que executava as pessoas em massa, nesses campos iam judeus, negros, homossexuais entre outros povos, essas pessoas eram executadas de maneiras cruéis, sendo antes torturadas, o holocausto foi o grande símbolo deste período com a morte de 5,1 milhões de pessoas aproximadamente.

De forma irracional e cruel os pensamentos nazistas eram totalmente repugnantes, pessoas de etnias diferentes eram mortos por não ser de (raça ariana), e a população alemã achava isso justo, pelo motivo de ter sofrido manipulação do governo, ideologia esta contra os atuais direitos humanos.

Com o fim da guerra se forma a ONU (Organização das Nações Unidas) com sede no Estados Unidos da América, devido a essas atrocidades que se começou a pensar sobre os direitos humanos, para se proteger a liberdade religiosa, etnia e opção sexual. No Julgamento de Nuremberg os nazistas para se defenderem alegaram que estavam cumprindo ordens dos comandantes que eram de ordem hierárquica superior, portanto seguiam o direito positivo imposto na época, sem observarem a questão moral, ética e humana do que teriam que cumprir, a partir disto os direitos humanos foram criados.

7 DITADURA MILITAR NO BRASIL

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, os Aliados dividiram os espólios de guerra, os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) entraram em conflito por causa de Berlim, com o decorrer disso houve a sua divisão em URSS socialista e os EUA capitalista, e com isso houve a bipolaridade, portanto existiam somente duas ideologias de governo, sendo capitalista ou socialista, se for capitalista é inimigo da URSS e vice-versa.

No Brasil estava no comando o Presidente João Goulart conhecido por Jango, havia o embaixador Lincoln Gordon dos EUA, este começou a mandar cartas para Casa Branca nos EUA informando que Jango tinha atitudes de socialista e que

em parte por isso era possível fazer o Brasil um País socialista, então o presidente dos EUA enviam agentes da CIA para investigar, e começar a “espalhar a ideia” que Jango tinha por objetivo transformar o Brasil em socialista e o Presidente dos EUA após isso deu ordens para uma intervenção militar para retirar Jango do comando, com isso Lincoln Gordon procurou um militar para comandar essa intervenção militar e acabou por escolher o General Castelo Branco, sendo “o cabeça” da articulação do golpe em 1964, no dia do golpe os EUA enviou Porta-aviões para se caso o golpe desse errado, Jango não teria forças para enfrentar, porém ele decidiu deixar o cargo para evitar uma possível guerra civil e fugiu para Argentina, assim foi declarado vago o cargo da presidência do Brasil, com Castelo Branco assumindo o poder e assim foi o golpe de 1964.

O Primeiro presidente foi Castelo Branco, com o início da ditadura. Somente os militares a partir disso iriam assumir a presidência, implantando o Ato Institucional 1 (AI-1) que anunciava as eleições de maneira indireta, pois quem escolheria o presidente seria o Congresso, o AI-3 modifica também o regime eleitoral em nível estadual e municipal. O AI-3 determinava no Art. 1º que a eleição de Governadores e Vice-Governadores seria indireta, e se faria pela maioria absoluta dos membros da Assembleia Legislativa, em sessão pública e votação nominal. Pelo Art. 4º, os Prefeitos das Capitais Estaduais não seriam mais eleitos e sim indicados por nomeação pelos Governadores, mediante aprovação prévia da Assembleia Legislativa. No mesmo artigo, no § 2º, permitiu-se que Senadores e Deputados Federais ou Estaduais, com prévia licença, exercessem o cargo de Prefeito de Capital de Estado. O AI-3 também convocava, no seu Art. 5º, novas eleições para Governadores e Vice-Governadores de Estado para 3 de setembro; Presidente e Vice-Presidente da República, para 3 de outubro; e de Senadores e Deputados Federais e Estaduais, em 15 de novembro de 1966. Com o reforço da tese de que o regime estava, aos poucos, endurecendo, em 1967 foi imposta a Constituição Federal com características de uma ditadura e a aceleração dos projetos na câmara dos deputados seria escrito em 30 dias tendo que ser votado se isso não ocorresse não seria aprovado.

Com isso só foi se tornando cada vez mais rígido o sistema político, com o presidente Costa e Silva (linha dura) decretando o AI-5, que estipulava o fechamento do congresso, com a autonomia direta do presidente. O Congresso abriu somente para votação e elegeram Médici como presidente, fechando o congresso logo em

seguida. Nesse período ocorreu o ponto máximo de tortura e perseguição a oposição, qualquer pessoa era investigada, se fosse contra Médici seria presa e torturada e geralmente seria morto, havia censuras nos jornais, nem o espaço do jornal que era dedicado a culinária deixava de sofrer da censura imposta pelo governo.

No Governo Geisel, depois de muito tempo, os militares diziam que iriam devolver o Brasil para o povo, porém iria ser de uma forma lenta, nesse tempo ocorreu algo de importância para o País, sendo a construção da Usina Nuclear de Angra no Rio de Janeiro, com problemas em relação ao petróleo, o presidente teve a produção de carros movido a etanol para controlar a crise do transporte na época.

O propósito do governo Geisel (1974-1979) foi promover uma distensão, isto é, um relaxamento dos controles políticos impostos à sociedade. A censura prévia foi parcialmente suspensa, os resultados eleitorais, depois de algumas manipulações das regras²⁷, foram admitidos, os protestos dos empresários contra o “modelo econômico” foram, embora com reservas, tolerados e as inesperadas reivindicações operárias, surgidas a partir de 1978, foram um efeito não antecipado da ação liberalizante. Esse projeto foi mantido, no governo Figueiredo (1979-1985), sob o nome de “política de abertura”, com lances controversos e sob oposição da extrema-direita militar. Concluída no fim do governo Sarney (1985-1990), a “transição política” (de 1974 a 1989) foi peculiar: ela durou, ironicamente, mais que o regime propriamente dito (1964-1974). Sua principal característica foi o contínuo excepcional do autoritarismo. [NERVO CODATO, 2005,p.12]

No Governo Figueiredo, sendo o último da ditadura, houve uma regra para todos os partidos, sendo que todos deveriam se iniciar com a letra P, o MDB vira PMDB e surge o PT, o Deputado Dantes de Oliveira faz as Diretas, já que o povo podia votar em seus representantes, começando a ir para as ruas, porém os deputados votaram contra, no final do governo Figueiredo o voto indireto não foi militar e sim de candidatos civis, do PMDB foi eleito Paulo Maluf e do outro partido Tancredo Neves. Com a eleição e vitória de Neves foi o fim da ditadura militar no Brasil, porém Neves faleceu e quem acabou assumindo foi o seu vice José Sarney.

Na ditadura militar houve muitos conflitos sem motivos, por pura crueldade várias pessoas torturadas e mortas, assim como também vários cantores foram enviados para exílio, por exemplo Raul Seixas, Caetano Veloso e Roberto Carlos, com o fim desse período eles retornaram ao Brasil, as pessoas em geral eram presas nas ruas sem um motivo concreto e não havia o direito de advogado e muito menos de Habeas Corpus, havia o uso de cadeira elétrica e outros meios de tortura, porém após 21 anos, mesmo de maneira indireta, o poder estava na mão de um civil acabando a ditadura, com o povo tendo a esperança de que nascesse um novo Brasil,

um Brasil com dignidade humana sem tortura, e que esses tempos de ditadura mais retornassem.

8 CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Quando o presidente José Sarney assumiu o poder, havia a Constituição Federal estipulada pela ditadura, portanto tinha que ser feita outra Constituição que visasse uma abordagem diferente e que houvesse dispositivos para que de modo algum ocorresse uma nova ditadura, então em 1988, com o apoio dos empresários, e representantes do povo, nasce a Constituição Federal de 1988 chamada de Constituição Cidadã.

Uma Constituição que possua uma visão mais humana, visando os direitos humanos e meios de se ter a tripartição dos poderes indissolúvel, leis que possibilitem a segurança, a liberdade, o ensino, a saúde entre outros direitos, o preâmbulo da Constituição Federal de 1988 se mostrou perfeito com uma síntese dos valores primordiais que a Constituição iria abordar, no art. 1º diz que os estados e municípios não podem se separar da união, no inciso III do mesmo artigo diz sobre a dignidade da pessoa humana ou seja está dizendo a dignidade intrínseca a cada um de nós, de se ter uma vida digna, com segurança, educação, saúde, liberdade entre outros direitos, no parágrafo único também anuncia que o poder emana do povo, não temos mais um estado opressor, onde somente os que tinham autoridade militar, tinham a capacidade de decidir, agora o poder emana do povo, o povo portanto tem total iniciativa de formular um projeto de lei, e com tudo isso Celina Souza diz:

A Constituição de 1988 contrastou com as anteriores, principalmente nos seguintes aspectos: (a) na provisão de mais recursos para as esferas subnacionais; (b) na expansão dos controles institucionais e societários sobre os três níveis de governo, pelo aumento das competências dos poderes Legislativo e Judiciário e pelo reconhecimento dos movimentos sociais e de organismos não governamentais como atores legítimos de controle dos governos e (c) pela universalização de alguns serviços sociais, em particular a saúde pública, antes restrita aos trabalhadores do mercado formal, tendo como princípio diretivo a descentralização e a participação dos usuários. [CELINA SOUZA, 2005, p. 6]

O art. 3º fala sobre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, em erradicar a pobreza, garantir a liberdade de todos sem nenhum preconceito, o art.5º já é o que garante os direitos e deveres individual e coletivo, então há a liberdade de expressão, a liberdade religiosa, a igualdade perante a lei sem distinção de etnia, sexo, opção sexual, isto é, todos os brasileiros são iguais

perante os termos desta Constituição, e é portanto livre a locomoção no Brasil, assegurando também o direito do consumidor no art. 5º, inciso XXXII, e também se tem o Habeas Corpus que diz que se alguém sofrer ou se achar ameaçado a sua liberdade este será utilizado, e são gratuitas a ação deste, no parágrafo 2º e 3º se diz sobre os tratados internacionais, porém no parágrafo 3º ainda se diz que os tratados que forem aprovados em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, será aprovado no Brasil, tendo que a nação a obrigatoriedade de respeitar esses tratados.

Devido ao medo do passado, os tempos terríveis de tortura da ditadura militar no Brasil, foram feitas as Cláusulas Pétreas, no art.60 no parágrafo 4º, diz que a separação dos poderes não pode ser extinguida, o voto deverá ser secreto, direto, universal e periódico e a forma federativa é a do Estado e logicamente foi descrito na Constituição os direitos e garantias individuais.

Essas leis, são em parte o motivo porque a Constituição é considerada rígida e porque há a importância da vida, tanto nos direitos e garantias do indivíduo, tanto coletivamente e é por conta do passado da ditadura militar, que a tripartição não pode ser modificada ou acabar, porque em uma ditadura o poder é absoluto, e por causa desse medo tenebroso do passado brasileiro, houve a grande influência na elaboração da Constituição, para de certa forma fazer com que os tempos de trevas do Brasil que tiveram inúmeras perseguições política, tortura, uma torpe investigação com prisão sem possibilidade de liberdade.

9 CONCLUSÕES

Diante de todo o apresentado, observam-se diversos tipos de violência psicológica, física e até espiritual, em relação ao ser humano em cada período apresentado. A barbárie apresentada na Segunda Guerra Mundial foi a gota d'água para o nascimento dos direitos humanos, em complemento ao código positivado de cada País pertencente aos Estados-Membros da ONU.

Estamos de pouco em pouco, caminhando para um Estado ideal, uma verdadeira utopia no passado, sem desigualdade, sem preconceito, uma sociedade igualitária nos sentidos moral, étnico e em todos os tipos de desigualdade, seja ela física ou mental, que esta sociedade futura “enxerga” a importância de todos, com os mesmos olhos, observando um cosmonauta, um engenheiro ou um médico com a mesma importância social que um auxiliar de limpeza, a única diferença será no tipo

de informação e formação adquirida a cada cidadão, de acordo com a necessidade da sociedade, não haverá a discrepância econômica em larga escala como observado na contemporaneidade, com ambos profissionais tendo uma vida digna respeitando todos os direitos do ser humano, isto é cumprindo um dos principais direitos primordiais da Constituição Federal de 1988, sendo parte essencial da vida que é a dignidade da pessoa humana, proporcionando uma vida digna nos aspectos moral, econômico e privado a todos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

CENTRO UNIVERSITÁRIO “ANTONIO EUFRÁSIO DE TOLEDO” de Presidente Prudente. **Normalização de apresentação de monografias e trabalhos de conclusão de curso**. 2007 – Presidente Prudente, 2007, 110p.

Caballero, C. (1999). **A Gênese da Exclusão: O lugar da mulher na Grécia Antiga**. *Sequência. UFSC*, pp. 125-134.

Fernandes, A. J. (Junho de 2001). **O Brasil e o sistema mundial de poderes**. *Revista Brasileira de Política Internacional*, pp. 1-18.

Luciano Gevehr, D., & Lucia de Souza, V. (2014). **As mulheres e a Igreja na Idade Média**. *Licencia&acturas*, 113-121.

Nervo Codato, A. (2005). **Uma História Política da Transição Brasileira: da Ditadura Militar à Democracia**. *Revista de Sociologia Política*, 83-106.

Oliveira, I. (2007). **História Política e historiografia do Brasil República**. *Textos de História*, 93-107.

Roberto de Almeida, P. (2015). **Transformações da ordem econômica mundial, do final do século XIX à Segunda Guerra Mundial**. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 127-141.

Rúbia G.S. Noronha, F. (2004). **O Império dos Indesejáveis: uma análise do degredo e da punição no Brasil império.** *Em Tempo de Histórias* , 1-16.

Souza, C. (2005). **Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988.** *Revista de Sociologia e Política* , 105-121.

D'ARAUJO, Maria Celina, **A Era Vargas.** São Paulo: Moderna, 1997-(Coleção Polêmica)